

A força da demanda

Daniel Afonso da Silva¹

INTRODUCTION à l'histoire des relations internationales, de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, foi um acontecimento mundial no estudo da história das relações internacionais. Original de 1964, surgiu como reação às limitações e restrições da história diplomática. Mesmo reconhecendo a força e a importância dos mandatários estatais como operadores centrais da lógica internacional, Renouvin e Duroselle lançam apelo à necessidade de reconhecimento da intensa complexidade que circunda o processo de tomada de decisão no meio internacional. Advertem para o imperativo das *forces profondes* incontornáveis no bojo da intersecção entre relações nacionais e internacionais. Observam que fatores geográficos, demográficos, econômicos, financeiros, nacionais e nacionalistas, sentimentais, religiosos, espirituais interagem permanente e progressivamente na definição dos cálculos do *homme d'État*. Esse gênero de abordagem proposto por Renouvin e Duroselle proporcionou inestimável avanço no entendimento da *longue durée* do tempo presente da História e da história das relações internacionais. Os anos foram passando e a atualidade dessa investida se manteve intacta. Sua importância foi se verificando incontestável. Sua força, permanente. Sua eficácia, fundamento essencial. Sobretudo em momentos – como o atual – de proliferação de modismos intelectuais aberrantes, abstrações teóricas perversas e anacronismos galopantes. A demonstração mais imponente dessa força, eficácia e atualidade da *Introduction* de Renouvin e Duroselle cor-

responde ao objeto e objetivo de *Pour l'histoire de relations internationales* dirigido por Robert Frank.

Com a participação de eminentes internacionalistas franceses, como Antoine Fleury, Bernard Michel, Élisabeth du Réau, Éric Bussière, Frédéric Bozo, Georges-Henri Soutou, Gérard Bossuat, Jean-Claude Allain, Laurance Badel, Luien Bély, Marie-Pierre Rey, Marie-Thérèse Bitsch, Maurice Vaisse, Pierre Gerbet, Pierre Grosser, Pierre Guillen, Pierre Jardim, Pierre Melandri, Pierre Milza, Yves-Henri Nouailhat, e do próprio Robert Frank – que assina nove dos trinta capítulos do livro –, *Pour l'histoire de relations internationales* revisita praticamente todos os aspectos da *Introduction* de Renouvin e Duroselle. E, ao fazê-lo, põe em perspectiva mais de meio século de história das relações internacionais com seus debates, tensões e ilusões baseados em ao menos três séculos de muita história global, história mundial e história das relações internacionais.

O ponto de partida do livro realça as razões da inovação da *Introduction* de Renouvin e Duroselle. Remonta ao pós-1871. Lembra que a derrota francesa na guerra franco-prussiana marcou toda uma geração de intelectuais franceses. Observa que esse trauma conduziu a diversos esforços interpretativos. O mais pioneiramente decisivo veio em *Histoire diplomatique de la guerre franco-allemande*, de Albert Sorel, em 1875. Positivista e próximo dos principais pensadores da época, entre os quais Ernest Renan e Émile Boutmy, Sorel é

considerado o pai-fundador da escola francesa de história diplomática – uma história diplomática do tempo presente. Seus métodos e técnicas vigeram intactos como regra geral até o pós-Primeira Guerra Mundial.

No dia seguinte a essa soturna noite escura que durou de 1914 a 1918, mais uma vez se impôs a necessidade de inovação na compreensão da história. Daí surge o empenho governamental de criação, em 1925, de uma *Bibliothèque de la guerre*. A organização e direção dessa biblioteca ficou a cargo de um certo Pierre Renouvin (1893-1974).

Com imensa dotação de fontes primárias e recursos bibliográficos, Renouvin foi sofisticando as abordagens referentes à história diplomática. Muito desse refinamento se deveu à efervescência cultural e intelectual desse entregueras que suscitou também o surgimento da École des Annales, capitaneada por Lucien Febvre e Marc Bloch.

O pós-Segunda Guerra Mundial causou outro *turning point* de percepções e demandas. O apelo ao entendimento do *decision making process* ganhou ainda mais relevo. Para cumprir essa necessidade, o promissor Jean-Baptiste Duroselle (1917-1994), saído da École Normale Supérieure e muitíssimo interessado no estudo das relações internacionais, vai recrutado por Renouvin como assistente à Sorbonne em 1946. Sete anos depois, Duroselle traria a público sua *Histoire diplomatique de 1919 à nos jours*. Muitíssimo inovadora à época, a obra – que galgou onze edições e continua referência de valor – se propunha como guia para se cabotar naquele tão sombrio meio século de guerras.

Convencido de que a realidade era ainda muito mais complicada do que os

métodos e técnicas da História diplomática vinham conseguindo demonstrar – mesmo sendo tida como muitíssimo elucidativa a *démarche* de Duroselle –, Renouvin agrega Duroselle na ambição de entender as *forças profundas* dos processos. Essa ambição foi o gérmen da *Introduction à l'histoire des relations internationales* de 1964.

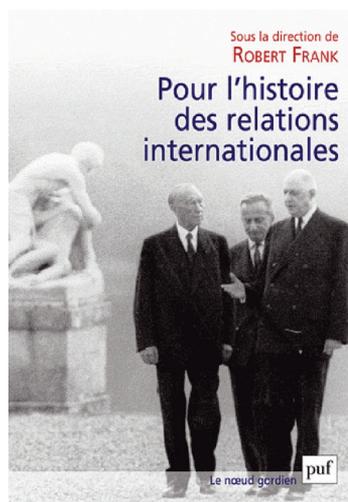
Fora do contexto francês, no mundo anglo-saxônico sobretudo, Arnold Toynbee, Charles Webster, A. J. P. Taylor, titulares da Stevenson Chair da London School of Economics and Political Sciences vinham desde muito indicando novos aportes ao estudo da história das relações internacionais do tempo presente. *The Twenty Years Crisis, 1919-1939: an Introduction to the Study of International Relations*, de E. H. Carr, e *America in Midpassage*, de Charles A. Beard, ambas de 1939, são exemplos fortíssimos de pioneirismo analítico *hors France*, assim como *Politics among nations*, de Hans Morgenthau, de 1948. Mas o grande distintivo da *Introduction* de Renouvin e Duroselle, como ressalta Robert Frank, segue sendo seu caráter disciplinar e documental exaustivos. Ou seja, a força da empiria como garantidor da força da História.

Essa empiria envolve ao menos dois movimentos fundamentais concomitantes essenciais: descrição e explicação. Em História, um não vem sem o outro. A junção de descrição e explicação gera teoria. Jamais o inverso. Fixação e obsessão por teorias não segue, por excelência, a conveniência dos seguidores de Clio. Renouvin e Duroselle não fogem à risca.

Entretanto, após a sua *Introduction* – que teve quatro edições e muitíssimas reimpressões, sendo a última de 2010

com um elucidativo prefácio do ministro Hubert Védrine –, ocorreu uma real proliferação teórica para muito além daquilo que se podia resumir em realismo e idealismo, Marx e marxismos, positivismo e weberianismo. A partir de 1970 virou comezinho e quase impositivo – esse é o argumento do capítulo 2 – o diálogo e a maior aproximação, no interior da História, com proposições teóricas. Especialmente para entender como os cientistas lançam mão da História para formular as suas explicações. Realismo, neorrealismo, idealismo, behaviorismo, funcionalismo, neofuncionalismo, institucionalismo neoliberal, federalismo, intergovernamentalismo, construtivismo, pós-modernismo, reflexismo, economia-mundo, transnacionalismo, assim como *diplomatic history*, *international history*, *global history*, *transnational history*, *gender history* vieram auxiliar – e muita vez atrapalhar, é preciso reconhecer – o processo de explicação e demonstração desde a História. Essa aproximação a modelos explicativos não afugentou os historiadores internacionalistas do apego aos recursos documentais. Muito do contrário. O *locus* desses recursos (objeto do capítulo 3) se multiplicou. Para além de arquivos nacionais e bibliotecas específicas – bibliotecas de presidentes, como no caso dos Estados Unidos –, esse *locus* se amplia na mesma proporção dos organismos e organizações internacionais do pós-1945. Os arquivos e bibliotecas da Otan e da União Europeia – para ficar apenas em um exemplo e, ao mesmo tempo, fugir da discussão sobre o impacto da digitalização de documentos que a era do *online* proporciona – são mais e mais repositórios decisivos.

Feitas essas considerações mais, digamos, de forma, *Pour l'histoire de re-*



FRANK, R. (Dir.) *Pour l'histoire des relations internationales*. Paris: PUF, 2012. 756p.

lations internationales parte para análise do substantivo da *Introduction* de Renouvin e Duroselle. Segue para a abordagem das mais variadas dimensões das *forces profondes* e das características do *homme d'État*. Vale lembrar que a *Introduction* de Renouvin e Duroselle é organizada em duas partes. Primeira: “Les forces profondes”, assinada por Renouvin e estendida em oito capítulos. Segunda: “L’homme d’État”, assinada por Duroselle e compreendida em cinco capítulos.

Lucien Bély (capítulo 4) recorda que a despeito de a função de embaixador ser tão antiga quanto a História, a definição de diplomacia e, portanto, de diplomata aparece – e de modo avidamente pejorativo – no contexto da Revolução Francesa. Os revolucionários consideravam nefanda a “política diplomática” dos homens do *Ancien Régime*.

Jean-Claude Allain e Robert Frank (capítulos 5 e 6) abordam a questão das

mais sensíveis do estudo da história das relações internacionais e das relações internacionais de modo geral; a saber, o poder. Ressaltam a importância da distinção possível entre potência e poder (*puissance* e *pouvoir*). Recordam a fragilidade da língua inglesa que dispõe apenas de *power* para discorrer sobre poder e potência. Isso claramente, acentuam, impõe mal-entendidos. Bem aos moldes de Renouvin das *forces profondes*, Allain e Frank alertam para a importância da Geografia, da Geografia Política e da Geopolítica na definição, distinção e qualificação do poder da potência. Notam a centralidade do saber geográfico no pós-1871. Percebem o imperativo debate entre geógrafos na redefinição do mundo cansado de guerra. A força das fronteiras, do território, dos domínios territoriais, do *sea power* como definidores da alma do Estado e da nação.

Na mesma senda, avançam na possível hierarquização das potências. Potência, superpotência, potências médias. Entendem que no pós-1945, os vencedores da Grande Guerra, Estados Unidos e URSS, viraram sinônimo de superpotências. Os europeus outrora grandes – Reino Unido, França, Alemanha – passam a meras potências. No bojo dos espaços pós-coloniais são encontradas algumas potências médias. O Brasil, por exemplo. Mas nada disso consegue categorizar com precisão, reconhecem, os definidores absolutos de poder e potência. Mesmo assim, essas suposições ajudam a adensar a apresentação da afirmação do sistema internacional ao longo do século XX.

Para abordar o sistema internacional contemporâneo, Robert Frank retoma a periodização dos três momentos da mundialização. Fase 1: 1880-1914. Fase

2: anos 1920. Fase 3: pós-1970. Seu argumento vai apresentando como as potências vão definindo seu lugar ao sol. A famigerada guerra fria foi uma luta por esse lugar a partir de 1947. Essa guerra fria – vai muito apropriadamente lembrado do capítulo 7 – teve também fases. Desde 1953, ano da morte de Stalin, já se propalava o seu fim.

O choque do petróleo de 1973-1975 decretou o relance total dessas tensões. O desaparecimento da URSS não corresponde necessariamente, aponta Frank, ao fim da guerra fria, mas a um novo período de redefinição e espacialização do poder das potências no mundo. Certo desprezo por História – e, portanto, por cronologia e periodização – conduziu certo *mainstream* a proclamar o triunfo americano após 1991. O incidente de 11 de Setembro, muito além de desnudar essa ilusão e com ela a impotência da superpotência americana, colocou face a face a complexidade dos mundos que o sistema internacional construiu ao longo do século XX: o vencedor da guerra fria com o vencedor da guerra do petróleo. Nos bastidores da construção da complexidade desse mundo, a descolonização (capítulo 9) e a tentativa de estabilização e harmonização aportada pelos organismos e organizações internacionais (capítulos 8, 10 e 11) foram inequivocamente centrais.

Ainda na senda das *forces profondes*, o terceiro momento do livro (capítulos 12 a 20) procura caracterizar as mais diferentes condicionantes temáticas e problemáticas dessa proposição de Renouvin. Autonomia, dependência, interdependência, estratégia, imigração, esporte, religião, mentalidades, imaginação, cultura, diplomacia cultural, diplomacia de influência, imprensa, opinião

pública, direitos humanos vão todos detalhadamente avaliados.

Nos dias que correm – para ficar apenas em um e outro comentário dessa parte muito rica e densa do livro –, especialmente após o *Cultural turn* dos anos 1980 e das reviravoltas do *Clash of civilizations* de Samuel P. Huntington, o imperativo da força da cultura nas relações internacionais virou incontestável. No mundo anglo-saxônico se fala do poder *soft*. O *soft power*. No mundo francófono, a expressão encontra sua definição em diplomacia cultural e diplomacia de influência, ambas práticas diplomáticas de ampliação de poder que remontam ao século XIX. De modo direto, objetivo e pragmático, ao perceber que não dispunha de condições objetivas de superpotência baseada no *hard power*, a França se antecipou em fazer difundir seu *savoir faire*. Distribuiu pelo mundo institutos e instituições de difusão de sua língua, cultura e civilização. Essa atitude ajuda a formatar o imaginário internacional e induzi-lo a ser favorável ao país. Mais que isso, essa prática demonstra que influência é, entre outras coisas, poder.

As características do *homme d'État* e de seu processo de tomada de decisão vão dissecadas na quarta parte do livro. Onde, para adentrar nas águas muito navegadas por Duroselle, os autores procuram descrever e explicar a estrutura e o funcionamento do aparelho diplomático, dos embaixadores, dos gabinetes de gestão diplomática, da distribuição de tarefas, dos agentes consulares, do *entourage* dos chefes de Estado, dos críticos e dos jornalistas próximos ao poder. Vão mostrando como todas essas variantes interferem e induzem a decisão. Lembram que *l'homme d'État* embora responsável pela decisão, decide em

coletivo. Esse processo, desnecessário dizer, envolve um sem fim de interesses sem fim. Difíceis de gerir; impossíveis de harmonizar. Esse saber sabido vem muitíssimo bem detalhado por Jean-Claude Allain e Laurence Badel, Pierre Jardin e Élisabeth du Réau (capítulos 21, 22 e 23). No entanto, merece um destaque todo especial o assunto biografia, abordado por Pierre Milza (capítulo 24).

Por dispersa razão ideológica, em muito fruto de certa influência de certo marxismo, o interesse por biografar grandes personagens ficou em segundo, terceiro plano na agenda dos historiadores. Franceses ou não. Entretanto, Milza lembra muito apropriadamente que talvez apenas a biografia consiga avançar sobre os meandros das *forces profondes* que determinam a capacidade do *homme d'État* em tomar decisão.

Questões europeias recheiam os últimos momentos do livro. Georges-Henri Soutou (capítulo 25) avança de maneira magistral sobre a *longue durée* da construção europeia. Remonta ao século XVII para encontrar as raízes da ideia de equilíbrio europeu. Adentra o século XIX para contextualizar o processo de definição do concerto europeu após o tufão Napoleão. Invade o século XX para avaliar o conjunto de acordos, tratados e grandes convenções que possibilitaram a definição de certa ordem e certa paz europeia. Os impasses e as indecisões, todos do futuro da Europa e dos europeus, não deixam de ser mencionados. Mas vão aprofundados nas impressões de Marie-Thérèse Bitsch e Éric Bussière (capítulo 26) sobre os processos de cooperação e integração no interior da construção europeia e nas muito pertinentes proposições de Pierre Melandri e Yves-Henri Nouailhat (capítulo 29)

sobre o lugar dos Estados Unidos na reconstrução e manutenção da Europa. O lugar da Europa central – Polônia, Checoslováquia, Áustria, Hungria, Iugoslávia, Romênia, Bulgária – fica a cargo de Bernard Michel (capítulo 27). Por fim, as identidades e identificações europeias são passadas em revista por Marie-Pierre Rey (capítulo 28) e Gérard Bossuat (capítulo 30).

Muito além de mero tributo a Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, *Pour l'histoire de relations internationales*, de Robert Frank, pela qualidade e atualidade das descrições e explicações, passa a ser referência basilar – como foi e segue sendo *Introduction à l'histoire des relations internationales* – para os interessados no estudo e na compreensão do meio internacional. Divergências podem ser suscitadas. O inegável caráter eurocêntrico e franco-francês talvez seja a principal. Entretanto, pelo instante, mais que divergir, por certo, seja o momento de meditar. Meditação, essa prática essencial do *métier* do historiador e do intelectual, que vem se perdendo em meio à fluidez dos tempos hodiernos.

Como sabido, existe imensa e intensa divergência e rivalidade pessoal e institucional entre Renouvin e Duroselle (e seus discípulos) e os seguidores da École des Annales. Questão de método e técnicas, impressões e narrações, concepções e convicções. Mesmo assim, talvez seja possível aproximá-los a partir de uma passagem do mestre Fernand Braudel: “*le passé a ainsi toujours son mot à dire*”. Essa foi a mensagem de Renouvin e Duroselle. É certamente a maior mensagem de Robert Frank e todos os demais autores desse formidável *Pour l'histoire de relations internationales*, que deveria receber imediata versão brasileira. E

deve ser a principal e permanente mensagem para a meditação de todos nós.

Daniel Afonso da Silva é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba e pesquisador do Centre d'Études et des Recherches Internationales – CERI/Sciences Po de Paris.

@ – daniel.afonso66@hotmail.com

¹ Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, Brasil.